



COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº , de 2017. (do Sr. Leo de Brito)

**Solicita a convocação do
Excelentíssimo Senhor Raul
Jugmann, Ministro da Defesa,
para que preste esclarecimentos a
este Parlamento em relação a
afirmação do General do Exército
Antonio Hamilton Martins Mourão,
sobre a possibilidade de
intervenção militar no país.**

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, caput, e 58, § 2º, ambos da Constituição Federal e na forma dos arts. 32, XI, 'b', e 219, I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja feita a convocação do Excelentíssimo Senhor Raul Jugmann, Ministro da Defesa, para que preste esclarecimentos a este Parlamento em relação a afirmação do General do Exército Antonio Hamilton Martins Mourão, sobre a possibilidade de intervenção militar no país.

Justificativa

No último dia 15/09/2017, em palestra realizada na Loja Maçônica Grande Oriente, em Brasília, após a notícia da segunda denúncia contra o Presidente Michel Temer por participação em organização criminosa e obstrução de justiça, o General Antônio Hamilton Martins Mourão teria afirmado:

“Ou as instituições solucionam o problema político, pela ação do Judiciário, retirando da vida pública esses elementos envolvidos em todos os ilícitos, ou então nós teremos que impor isso”, justificando que “desde o começo da crise o nosso comandante definiu um tripé para a atuação do Exército: legalidade, legitimidade e que o Exército não seja um fator de instabilidade”.

“os Poderes terão que buscar uma solução, se não conseguirem, chegará a hora em que teremos que impor uma solução’ e essa imposição não será fácil, ela trará problemas”.

“O que interessa é termos a consciência tranquila de que fizemos o melhor e que buscamos, de qualquer maneira, atingir esse objetivo. Então, se tiver que haver haverá”.

Nesse sentido, tendo em vista que as declarações originam-se de um Comandante do Exército brasileiro, posto de alta hierarquia e relevância na tomada de decisão, faz-se necessário que o Ministro da Defesa (autoridade hierarquicamente superiora) informe a este parlamento as circunstâncias deste posicionamento que afeta a ruptura democrática.

Pelas razões expostas, propugnamos pela aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 19 de Setembro de 2017.

Deputado LEO DE BRITO
PT/AC